

As novas tecnologias no espaço e no tempo

Francisca Ester de Sá Marques

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de verificar se a Internet facilita ou dificulta a liberdade de expressão dos atores que atuam na arena pública virtual e de como esse processo ocorre no cotidiano. A análise trabalha com o pressuposto de que a Internet, enquanto um ambiente virtual, *publiciza o privado e privatiza o público*, a partir da convergência da realidade objetiva e da realidade virtual. A questão que fundamenta a análise é saber se as novas tecnologias estão criando novos atores, a partir das necessidades de ação, ou estão os atores agindo sem causa, apenas pressionados pela força dissuasiva da Internet?

Palavras-Chave: Novas Tecnologias. Internet. Cultura. Identidade. Sociedade Civil

ABSTRACT

This article aims checking if Internet web access makes the liberty of expression becomes easy or difficult to the subjects who act on the virtual public space and if this process occurs everyday too. This analysis works with the special idea that the internet web access, as a virtual space, makes the public things become private things, and the private things become public things, working with the real reality and the virtual reality focus. The question that motivates this analysis is about knowing if this new technologies are creating new subjects, starting by the action needs, or if this subjects are acting without a goal, and have been forced by the deterrent internet power.

Key word: New technologies. Internet. Culture. ID. Civil Society

Já não é novidade para qualquer cidadão que as novas tecnologias¹, e mais precisamente a Internet, invadiram os nossos domínios – *privatizando o público e*

¹Neste trabalho, centramos nossa atenção na Internet como um ambiente virtual para refletir sobre as redes sociais (RSIs). “As redes são plataformas-rebentos da Web 2.0, que inaugurou a era das redes colaborativas, tais como Wikipédia, blogs, podcasts, o you tube, o second life, o uso de tags (etiquetas) para compartilhamento e intercâmbio de arquivos como no Del.icio.us e de fotos como no flickr e as redes, entre elas, o Orkut, My space, Goowy, Goowy, Hi5, Facebook e Twitter...” (Santaella & Lemos, 2010,p.7)

publicizando o privado-, reconfigurando o nosso modo de lidar com o individual e o coletivo, e, por consequência, com a organização da relação entre a Sociedade Civil e os atores individuais. Deste modo, para além da sua natureza tecnológica, a Internet possui também um caráter de ideologia que, pela sua *omnipresença* ou *ubiquidade*, amplia as relações sociais transformando as narrativas, conforme a autonomia, o domínio e a rapidez com que cada ator participa da interação proposta.

Nesta lógica, estamos cada vez mais vivendo a existência como se ela estivesse se desdobrando em múltiplas realidades para dar conta das inúmeras possibilidades de conhecimento, de informação, de autonomia e de poder, propostas pelas novas tecnologias. Desde logo, para o início desta discussão, é importante lembrar, que o homem sempre esteve confrontado com as várias representações/constituições da realidade (histórica, política, cultural, moral e científica, entre outras) com as quais teve que conviver ao longo dos séculos por vontade própria ou por imposição de algum sistema de controle social.

Mas, diferentemente desse convívio que exigia uma continuidade no tempo e no espaço um comportamento previamente organizado e uma narrativa que se enquadrava no papel a ser representado, a realidade atual ou as representações que delas construímos já não exigem estas características, porque a sua natureza é revolucionária. Isto quer dizer que a atual realidade é, por natureza, composta por interrupções, descontinuidades e fragmentações, já que a sua base está assentada nas novas tecnologias da comunicação e da informação.

Esse processo, presente no nosso cotidiano desde os anos 80 do século XX, foi resultante da implantação ao redor da Terra dos satélites geostacionários – iniciado na década de 60 -, que consolidou um novo modelo de cultura em que tudo se tornou interconectado, visível e transparente ao mesmo tempo. Mais do que poderíamos supor, a implantação do conjunto de satélites não colaborou apenas para a expansão acelerada da informação no tempo e no espaço como se previa no início, mas acabou modificando profundamente as nossas relações individuais e coletivas, em consequência das competências que adquirimos com esses novos dispositivos em todas as áreas do conhecimento.

Ainda não temos a dimensão do quanto esse processo organizou/desorganizou a nossa existência, mas já sabemos que a forma de vivenciar as nossas práticas sociais,

culturais e políticas estão diferentes, principalmente, porque não somos mais donos do saber e, por consequência, da experiência. Há um distanciamento profundo entre aquilo que vivemos e o que nos é dado à partida, sem um *a priori* que nos permita diferenciar a realidade, da fantasia ou do imaginário. Tudo se mistura num caleidoscópio de textos, de imagens, de signos de todos os tipos, mas sem que tenhamos capacidade ou, muitas vezes, competência para interiorizar o que nos é dado. Estamos saturados de informações que circulam em redes invisíveis, mas estamos pobres de experiências concretas, o que nos leva a repensar a nossa existência ou a nos tornar indiferentes a ela.

A primeira grande questão que esse debate nos coloca não é a influência ou a manipulação a que estamos submetidos na Internet como poderíamos supor numa lógica superficial. Apesar de tudo, continuamos a ter a capacidade de escolher, de julgar e de criticar o que nos é estranho ou o que nos é anormal. Igualmente, temos à nossa disposição a liberdade para agirmos individualmente ou coletivamente como quisermos, sem hierarquia, sem limites ou fronteiras, com autonomia, domínio e rapidez, e o melhor, em tempo real. “Cada um pode agir, sem intermediário, quando quiser, sem filtro nem hierarquia e, o que é mais importante, em tempo real. Não se tem que esperar, age-se e o resultado é imediato. Isto confere um sentimento de liberdade absoluta, e mesmo de poder, que se manifesta na expressão *surfing na Net*” (Wolton, 1999, p.77).

Mas, a questão é que nós só podemos escolher, julgar e criticar aquilo que conhecemos – o que nos é dado pela natureza ou pela sociedade. A nossa realidade e os papéis que exercemos nela são resultantes de cenários objetivos, de práticas costumeiras, de hábitos internalizados por meio dos quais nos reconhecemos como indivíduos, sujeitos ou atores sociais, e nos sentimos pertencendo a um determinado tempo e local.

A questão é que, nessa nova cultura, esses parâmetros são modificados ou substituídos por outros que exigem competências específicas de acesso; de compartilhamento de saberes; de interação em redes ou sistemas de solidariedades discursivas, conforme os contextos ou os temas a ser agendados. Em outras palavras, um modo singular de pensar; de ler e de escrever, que trabalha com outras formas de linguagens, de imagens e de signos.

A Autonomia da Internet

Deste modo, é quase um paroxismo falar atualmente de autonomia na Internet. Temos hoje à nossa disposição uma série de dispositivos técnicos ou logotécnicos que nos auxiliam no enfrentamento das questões cotidianas; que nos aliviam do peso da força do trabalho; que nos deslocam para todos os lugares sem *deadline*; que comprimem o tempo da nossa vivência e nos facilitam o acesso aos vários sistemas de conhecimento; que estimulam as nossas trocas sociais, políticas e culturais como os mais variados povos e culturas.

No entanto, essa natureza *omnipresente* das novas tecnologias, e da Internet em particular, que trabalha tanto com a oferta quanto com a procura da informação, não conseguiu reduzir as desigualdades da vida social e até acentuou o fosso entre os que podem partilhar desse mundo e os que ainda não possuem uma televisão em casa. Paradoxalmente, quanto mais as desigualdades se acentuam, mais os atores sociais criam novas formas de solidariedade através da conquista de direitos, do fortalecimento das identidades e do atendimento das necessidades impostas pela Sociedade Civil.

O fato é que, desde que as novas tecnologias e mais especificamente a Internet entrou em cena na vida social, o seu uso sempre foi considerado uma revolução, tal como aconteceu com a televisão ou com a informática no século passado. Mas, diferentemente dos meios anteriores, a Internet continua a ser considerada a rede das redes, tendo como base um discurso consensual que revela a ideologia dos tempos atuais: a informação pela informação que funciona como *bits* num sistema complexo de transferência.

Nesse sistema, todos são unânimes em afirmar que a Internet estimula mobilidade, a flexibilidade, a liberdade, a interatividade e a virtualidade ao infinito funcionando para o indivíduo como uma nova esfera política de ação contínua e ininterrupta, acessível e democrática, pautada somente pela liberdade de expressão e pela competência de cada um. Uma esfera política na qual as identidades individuais convergem com as identidades coletivas, vistas aqui como fenômenos simbólicos de relações sociais, num esforço de definição e permanente construção de consensos e compromissos éticos ou até mesmo de disputas de poder.

Vista assim, a Internet é uma arena privilegiada de iniciativas, na qual os atores e os grupos sociais identificam suas agendas temáticas; organizam suas associações e

seus movimentos; articulam as suas alianças, confrontam os seus projetos ético-políticos; definem suas estratégias de ação e disputam o predomínio político num espaço de liberdade assumida, ou como diria Giddens numa espécie de política da vida, isto é, como um projeto sempre em construção.

Uma outra característica que define este debate é que, na Internet, a arena pública discursiva relaciona o privado e o público como duas interfaces em que uma só funciona em relação a outra. Assim, há uma convergência entre essas duas interfaces, resultando nos fenômenos da *publicização do privado* e na *privatização do público*, isto é, na organização da vida social, cuja ideologia é a ideia de uma realidade sem limites ou fronteiras. O caráter ideológico se revela no fato de que, aparentemente, todas as necessidades (naturais ou criadas) são atendidas por uma sociedade integrada, ou seja, sem diferenciação entre o privado e o público.

O importante disso tudo é quando esses temas emergem no espaço público incentivam cada vez mais uma circulação *rizomática*², sem autoria nem propriedade. Todos se apropriam do tema para conhecê-lo, analisá-lo, opinar sobre ele e julgar a sua conveniência ou inconveniência. É como se, de repente, todos se tornassem especialistas do tema e tivessem domínio total sobre ele. Esta questão leva-nos a pensar: será que as novas tecnologias estão criando novos atores, a partir das necessidades de ação concretas, ou estão os atores somente agindo sem causa, apenas pressionados pela força dissuasiva da Internet?

O agir político e a ágora eletrônica

É certo que o uso da Internet aumentou muito a capacidade de escolha do receptor e o seu grau e qualidade de julgamento. Mas, é certo também que a velocidade acelerada da informação e a sua circulação transversal não colaboram para que este mesmo receptor fosse capaz de interiorizar tudo o que recebe e nem se de acostumar com o que recebe, o que leva a uma quebra da tradição gerada pelo re/conhecimento cultural. O acesso direto da rede não suprime a hierarquia do saber e dos

² A estrutura rizomática de produção discursiva, tal como proposta de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, difere do modelo arbóreo de organização do conhecimento, por se fundamentar numa base ou raiz que não possui um centro único, mas, pelo contrário, qualquer elemento discursivo pode afetar ou incidir em qualquer outro, em todas as direções e, em outros contextos.

conhecimentos, porque continuamos a precisar de um *background* cultural para que as nossas ações sejam significativas e os nossos discursos sejam coerentes com a realidade.

Assim, ao mesmo tempo em que o receptor seleciona as informações que são importantes para a sua existência cultural, ele também é influenciado pela sedução e magia do que lhe é oferecido pelo *menu* da Internet. Deste modo, o indivíduo vive permanentemente armadilhado entre uma liberdade abundante que não lhe exige desempenho ou competência prévia para ser utilizada e uma participação utópica na Sociedade Civil por conta de uma cidadania periférica. É que o uso da Internet como uma tecnologia mediatizadora ou, como se denomina atualmente, uma tecnologia do social compreende a produção permanente de redes de solidariedade, que expressam os mais diferentes temas para os mais variados atores, conforme a situação, mas que não confere a ninguém em especial um compromisso duradouro.

Mas, se, por um lado, essas redes de expressão aumentam a capacidade de escolha, por outro lado, isto presume um acelerado processo de individualização da Sociedade Civil, em que a discussão e a análise são produzidas num espaço público virtual para constituir uma opinião pública volátil e com grandes possibilidades de criação. Esta característica é, por si só, suficiente para estimular a necessidade do agir político o que resulta, por consequência, na renovação permanente da luta social.

Cada um, à sua maneira, renova a *ágora* cibernética, expressando a sua opinião sobre um tema, dando ao outro o direito à contradição do seu argumento, apagando os limites entre o individual e o coletivo. Todos se dissolvem nos signos que estão à disposição, cada um achando qualquer coisa sobre qualquer tema, em qualquer lugar, em função de qualquer pretexto. O que importa é opinar, não baseado na *discutibilidade* dos argumentos - na concepção dada a esta expressão por Wilson Gomes -, mas na visibilidade e na transparência como aparecem nos mais variados dispositivos discursivos da Internet. Cultivamos o *iachismo* como o novo parâmetro cultural do conhecimento e negamos a discussão clássica que nos permite refletir sobre o pensamento amadurecido por este se apresentar como ultrapassado. E, então, o que nos resta?

Novas redes de emancipação

Sem dúvida, a Internet é uma nova *ágora* pública, composta por inúmeras redes de solidariedade que se multiplicam por todos os cantos do planeta. Não é apenas um suporte técnico, mas é também um local de expressão, de conflitos, de consensos, de denúncias, de trocas e de experiências entre os mais diversos povos e culturas. Não deixa de ser também parte de um projeto do capitalismo global, baseado na Sociedade da Informação, na economia do lucro e do consumo, sendo por isso, vista com desconfiança por uma parte da Sociedade Civil.

No entanto, a capacidade de invenção, a acessibilidade e a fraca ausência de barreiras culturais e sociais dão à Internet um lugar de destaque na nova ordem mundial da informação e da comunicação por suas características incomensuráveis de ampliar a informação para além da imaginação. Mas, fora isso, é importante ressaltar que a Internet amplia a informação criando novas necessidades de informação, a cada vez que faz circular um discurso novo/reciclado na esfera pública. Este processo cria ou aumenta uma pseudo-angústia que temos de que estamos sempre atrasados em relação ao tempo e de que precisamos agir contra todos e contra tudo pelo benefício de uma causa. Não importa sobre o que estamos agindo, mas importa o fato de agirmos, porque temos que consolidar a nossa cidadania política, participando de qualquer causa.

Assim, logo que acabamos de participar de uma causa, esquecemo-la, e passamos logo a seguir para uma outra causa, sem que paremos para acompanhar o desenrolar da causa anterior ou avaliar os resultados para as pessoas diretamente atingidas ou ainda para verificar se o esforço valeu a pena. Somos, então, atores sociais com causas sem efeitos ou indiferentes a estes efeitos, porque a nossa participação é limitada por uma consciência periférica, cujos valores são dados, conforme as circunstâncias.

Por isso, entre a oferta abundante e a procura incessante há um desfasamento contínuo que a realidade não consegue dar conta, porque os temas são muitos, e cada vez mais visíveis, à medida em que a globalização reforça as diferenças locais e expressa as fissuras expostas por uma mundialização cultural. Neste processo, os atores assumem papéis ativos em diferentes projetos ao mesmo tempo; baseados na ideia de que a liberdade rima com igualdade e universalidade. O sistema de valores que legitima

esse processo é a expansão e/ou a consolidação da democracia (deliberativa) em todos os locais do planeta, sobretudo a partir de normas e princípios do direito ocidental.

Exemplos atuais recentes que ilustram este cenário são as manifestações anti-capitalismo que ocorreram um pouco por todos os países desde que começou a crise econômica e fiscal dos Estados Unidos, em 2010. O risco da crise se espalhar pelo planeta e arrastar as demais economias para a falência funcionou como um alerta para os grupos sociais mobilizarem as comunidades virtuais, os fóruns de discussão e os internautas para se juntarem às manifestações de rua.

A participação maciça da juventude demonstra que a Sociedade Civil está ativa e renovada por estas novas possibilidades de constituição da cidadania contra ou a favor do Estado e do Mercado. Na base desta lógica, funciona uma ética pós-utilitarista e indolor ou, como ressalta Lipoveksty, uma ética do pós-dever preocupada com um projeto de emancipação política circunstancial.

Mas, assim como começou, as manifestações de rua acabaram ou, pelo menos, estão menos visíveis desde que os Estados Unidos conseguiram segregar a crise com o apoio da própria Sociedade Civil americana que deu ao governo o direito de aumentar o teto para emissão de dólares. No entanto, os movimentos contestatórios continuam acontecendo na Europa, por exemplo, porque a crise americana acabou revelando um cenário divergente de economias fragmentadas, mas ainda alimentado pela utopia da moeda única. Os motivos estruturantes das crises são diferentes, embora os discursos sejam semelhantes, dando a impressão de que a crise é global e afeta a todos da mesma maneira.

Itens para a continuação do diálogo

O que estes exemplos demonstram é que a Internet não é um meio de comunicação que se alimenta de informação o tempo todo. Mais do que isso, a Internet é um ambiente de interação tecnológica que permite que a realidade possa ser constituída pelos sujeitos com outros critérios menos exigentes que os parâmetros discursivos clássicos da comunicação.

Enquanto a realidade de todos os dias precisa fundamentar-se num processo de intercompreensão permanente para dar vazão às práticas sociais que legitimam a cultura e, por consequência, a memória e a identidade, a hiper-realidade desconstrói a tradição e

a substituí por memórias circulantes, solitárias e, muitas vezes, descontextualizadas teoricamente e sem sentido histórico.

Por outro lado, as vantagens oferecidas por este novo ambiente têm permitido que as minorias étnicas, as culturas locais seculares, os movimentos sociais, cívicos ou de cidadania expressem os seus conflitos numa luta constante de reconhecimento dos seus discursos de identidades singulares (mulheres, crianças, negros, homossexuais, índios, sem-terra e sem-teto, entre outros).

Neste ambiente, a realidade virtual colabora para que a realidade objetiva, representada pela Sociedade Civil, possa exigir direitos sempre negados pelo Estado; dialogar novos modelos de gestão de mercado; propor políticas públicas de participação para que todos tenham as mesmas oportunidades de trabalho, renda, moradia, transporte, segurança, saúde, educação e cultura; cultivar valores éticos universais de respeito pela diferença e, ao mesmo tempo, pela pluralidade e, principalmente, estimular o senso crítico para permitir diálogo sem hierarquias de qualquer ordem.

Em vez de serem excludentes, as duas dimensões da realidade se complementam atualmente para melhorar os índices de qualidade de vida das populações em todos os pontos do planeta. O que move essas duas dimensões é a possibilidade normativa sempre presente de que o futuro do planeta possa ser melhor do que é hoje e do que foi ontem. A ilusão que confunde o passado projeta a utopia do presente num futuro virtual sem violência de qualquer ordem.

Mesmo com todas as implicações que isso acarreta em termos de um projeto de comunicação mais intercompreensivo, é possível sonhar com o que ainda há de vir. Imaginar que a racionalidade que fundamenta a lógica da técnica pode ser o que queremos que seja e não o que parecer ser a priori, isto é, não uma racionalidade estruturada pelo mercado, mas uma racionalidade marcada pela capacidade do homem de produzir as suas regras discursivas com a intenção democrática de inclusão social numa grande arena global de debate e de argumentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, editora Forense Universitária, 9. ed., 1999.
- _____. “Que é liberdade”, in *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de Sociedade civil*. Rio de Janeiro; Editora Graal, 1982.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização, as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. I. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*. 5 vols. Ana Lúcia Oliveira et al. (tads), Rio de Janeiro; editora 34, 1980.
- ESTEVEZ, João Pissarra. *Espaço Público e Democracia: Comunicação, Processos de Sentido e Identidades Sociais*: Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- ESTEVEZ, João Pissarra Nunes. *A Ética da Comunicação e os Media Modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa, fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo, ed. UNESP, 1994.
- GOMES, Wilson. *Comunicação e Democracia: Problemas e perspectivas*/Wilson Gomes e Rousiley C.M. Maia. São Paulo: Paulus, 2008, (Coleção Comunicação)
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2007.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.
- KERCKHOVE, Derrick de. *A Pele da Cultura*. Lisboa, Relógio D’água Editores, 1997.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às Mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.
- MORAES, Dênis de (org.). *Mídia e Globalização*. Campo Grande, Letra Livre, 1997.
- _____. *Sociedade Mídiaizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- SANTAELLA, Lucia & LEMOS, Renata. *Redes Sociais e Digitais: a cognição conectiva do twitter*, São Paulo: Paulus, 2010. Coleção Comunicação.

SODRÉ, Muniz. *Estratégias sensíveis. Afeto, mídia e política*. Petrópolis, Vozes, 2006.

WOLTON, Dominique. *E depois da internet? Para uma teoria crítica dos novos meios*. Algés, Portugal, 1999.